ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2000, sob a presidência do Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Haranaka, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos Conselheiros Osiris Stenghel Guimarães, Mário Manoel das Dores Roque, Luiz Ivan de Vasconcellos, José Silvio Gori, Carlos Roberto Frisoli, José Roberto Almeida Corrêa, Júlio Monteiro de Souza, João Gilberto Cominese Freire, Wilson Moraes da Silva, José Maria Gonçalves e Alceu Claro Chaves. Abertura da Reunião: na abertura dos trabalhos o Sr. Presidente leu o Oficio Circular nº 11/2000 -STA de 14/04/2000, que encaminhou Relatório dispondo sobre a Reforma Portuária Brasileira, enfatizando a necessidade de uma profunda reflexão a respeito do assunto que permita a elaboração final de um documento síntese que subsidiará a construção de uma proposta técnico institucional. A propósito do assunto deverá acontecer nos próximos meses (maio/junho) reunião para discussão da tão complexa matéria, e o Sr. Presidente disse que o estudo acima feito pelo GEIPOT e Banco Mundial complementa o que foi apresentado ao CAP anteriormente. Depois fez entrega a cada um dos Blocos de uma cópia para apreciação, comentários ou apresentar sugestões, num prazo de 20 dias. Depois informou que o Superintendente da APPA recebeu convite para participar de reunião sobre o assunto no próximo dia 04 de maio. O Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães, a propósito, pediu aos Conselheiros que porventura tenham sugestões a fazer, entrar em contato com ele. O Sr. Presidente, em seguida, informou que o Secretário Executivo do GEMPO -Contra-Almirante (RRm) José Ribamar Miranda Dias estará em Paranaguá nos próximos dias 08 e 09 de maio, oportunidade em que estará se reunindo, conforme agenda estabelecida, com os Operadores Portuários e Titulares de Terminais, com os Presidentes de Sindicatos e OGMO, com o CAP e o PROHAGE a fim, de tratar de vários temas de interesse de cada segmento e do próprio porto. As reuniões serão no Auditório da APPA e na Capitania dos Portos do Paraná. O Sr. Presidente, posteriormente, vai formalizar os convites. Logo após leu o inteiro teor do oficio nº 522 GM/MT da Chefia de Gabinete do Ministro dos Transportes, o qual informa da impossibilidade de "promover qualquer ação no momento objetivando a inclusão de recursos no Orçamento da União destinados à dragagem do Porto de Paranaguá". ORDEM DO DIA: Aprovação da Ata - o Sr. Presidente submeteu à discussão e votação a Ata da Reunião anterior (76^a), que foi aprovada por unanimidade. Justificativa de Ausência: justificaram ausência os seguintes Conselheiros. Eli Nilson da Silva e José Carlos Gomes Carvalho. Operadores Portuários: estão qualificados 86 Operadores Portuários; Fundo de Dragagem: o Relatório apresentado pela APPA demonstra que o saldo do Fundo de Dragagem em 31/03/2000 é de R\$ R\$ 6.083.707,86 (seis milhões, oitenta e três mil, setecentos e sete reais e oitenta e seis centavos.) Correspondência Expedida: Comunicação aos Conselheiros - confirmando reunião para 28/04/2000 e apresentando pauta correspondente. Oficio 09/2000 - CAP-PR de 30/03/00 ao Sr. Diretor do Departamento de Portos Paulo Roberto Kozlowski Tannenbaun encaminhando cópias das ATAS do Conselho a partir de 1993, acompanhadas de Resoluções do período. Oficio 10-/2000 -CAP -PR de 07/04/ 00 ao Sr. Wildjan da Fonseca Magno, Secretário de Transportes Aquaviários encaminhando cópia da Ata nº 75 e o Mapa Geral dos Arrendamentos nos Portos de Paranaguá e Antonina do mês de fevereiro/2000

Comunicação de 13/04/00 do CAP- PR aos Conselheiros dando conhecimento da palestra sobre Agenda Ambiental Portuária proferida pelo Sr. José Calixto, do Ministério do Meio-Ambiente e convidando-os a participar. Ofício nº 11/2000 de 24/04/00 ao Sr. João Gilberto Cominese Freire, Relator da Comissões de Operações Portuárias, encaminhando para manifestação o Regulamento de Acesso ao Porto etc. Correspondência Recebida: Fax nº 60 de 29/03/00 do Diretor de Portos solicitando remessa de cópias das ATAS do CAP e suas Resoluções a partir de 1993. Ofício 153/2000 da APPA de 06/04/00 encaminhando Regulamento de Acesso de Pessoas e Veículos às dependências da APPA. Oficio 285/2000 da APPA de 24/04/00 do Deputado Werner Wanderer respondendo ao CAP (oficio 001-2000) sobre destinação de recursos orçamentários e financeiros para a dragagem do Porto de Paranaguá, anexando cópia de oficio que enviou ao Sr. Ministro dos Transportes a respeito. Oficio 522- GM/MT DE 31/03/00 da Chefia de Gabinete do Ministério dos Transportes, informando da impossibilidade de "promover qualquer ação no momento "objetivando a inclusão de recursos no Orçamento da União destinados à dragagem em Paranaguá". Oficio Circular nº 11/2000 - STA de 14/04/2009encaminhando Relatório dispondo sobre a Reforma Portuária Brasileira. PROHAGE: face a ausência do seu Coordenador não houve Relatório neste mês. Relatório Gerencial - APPA /março: o Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos fez o seguinte relato sobre a movimentação portuária em março próximo passado. Carga Geral, 273.299 tons., destaques madeira e congelados. Granel Sólido 994.231 tons., destaques: fertilizantes, farelo, açúcar e soja. Celulose em Antonina, 4000 tons. Caminhões no Pátio - 22.892. Vagões descarregados 1.515; Contêineres 20.563 TEU'S; Veículos Descarregados - Importação: Volks, 989, AUDI, 05; Chrysler 252, Renault, 472. Exportação: Volks 1547 e Renault 313. Movimento de Navios, 124. Tempos de Espera: carga geral, fertlizantes e full-contêiners, zero dias e Corredor 21 dias. Fatos Relevantes: 01 – A empresa Ponta do Leste – Rio de Janeiro foi a vencedora do certame para manutenção de balizamento por 6 (seis) meses. mas o processo com o mesmo objeto e pelo prazo mínimo de 3(três) anos encontra-se no órgão do Governo do Estado - CRAFE para aprovação. 02 - o processo de dragagem vencido pela Bandeirantes encontra-se no Palácio do Governo para homologação do Sr. Governador do Estado. 03 - No corredor ocorreram os ajustes finais do ship-loaders 05 e 06 bem como foram feitos testes finais para o sistema entrar em operação normalmente. 04 - A APPA considera que a safra de soja tem movimentação lenta, fato que sugere que ela deva prolongar-se até julho. 05 - O mês de março registrou excelente desempenho no carregamento de automóveis Volksvagem-Golf para o Canadá e Estados Unidos. O Conselheiro Alceu Claro Chaves, na condição de presidente da ACIAP- Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá deu conhecimento do texto da cópia da correspondência encaminhada pela Praticagem à Capitania dos Portos do Paraná com comparativos de sondagens feita nas bóias 1-A, 2-A, 3, 4, 3-A e 4-A que apresentam níveis de assoreamento preocupantes. O Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães, em aparte, informou que acabara de contactar com o Secretário de Transportes no sentido de agilizar a aprovação do processo de dragagem que se encontra naquele órgão. Depois informou que estará encaminhando à empresa Brasileira BANDEIRANTES Dragagem e Construção Ltda, correspondência solicitando providências para referida empresa, na perspectiva da Ordem de Serviço ser assinada em 20 dias, posicionar os equipamentos para a vinda à Paranaguá, sugestão que foi acatada por unanimidade. O Conselheiro Alceu Claro Chaves disse que, nos próximos dias, em nome da Associação Comercial deverá mandar ao

Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

Governo do Estado correspondência demonstrando a necessidade de dragagem e agilização do processo de homologação nesse sentido. Foi ainda ressaltado que a demora em dragar e o consequente crescimento do volume a ser dragado poderá ensejar solicitação de reajuste por parte da empresa vencedora da licitação. Em seguida o Conselheiro Carlos Roberto Frisoli cumprimentou a APPA, na pessoa do Engo Osiris Stenghel Guimarães, pela excelente participação do Porto na Feira Intermodal realizada em São Paulo, que é a 2ª em termos de importância mundial. Disse que essa participação auspiciosamente entre os que visitaram o "stand" da APPA. Ao agradecer, o Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães destacou que a participação se deu justamente em razão das reclamações anteriores do Conselheiro Frisoli. Depois disse que nas próximas Feiras a APPA vai sensibilizar outras empresas a participar, inclusive com material de propaganda não oficial. O Conselheiro Alceu Chaves, a propósito, disse que a ACIAP e o Sindicato dos Despachantes Aduaneiros patrocinaram um encontro com 200 empresários dos 5 continentes e que estes ficaram extremamente interessados em conhecer melhor o Porto de Paranaguá, especialmente após a palestra proferida naquele encontro pelo Superintendente da APPA. O Conselheiro Mário Manoel das Dores Roque lembrou a participação do Secretário Municipal da Indústria e Comércio que na mesma ocasião fez excelente palestra discorrendo sobre o que é o Município de Paranaguá e suas condições econômicas. Completou dizendo que há o interesse do município para que seja construído um ou dois dolfins para que os navios de Turismo venham a Paranaguá e sugeriu a área nas imediações do Cais de Inflamáveis nas proximidades do bairro do Rocio. Nesse sentido solicitou da APPA estudos preliminares de calado, necessidade de batimetria etc. para que o projeto possa ser encaminhado. O Sr. Presidente, ao afirmar que o assunto está dentro do que enfatiza a Lei, destacou que o Programa Anual de Trabalho do GEMPO feito de acordo com o PIMOP consta no item XIII o seguinte: "Apoio ao desenvolvimento de cruzeiros marítimos nacionais e internacionais para ampliação do turismo no Brasil" e que o projeto do Ministério dos Transportes/GEMPO/Embratur é para conclusão em agosto. Relatório das Comissões: em razão da substituição do Conselheiro José Manoel Chaves, o seu substituto Alceu Claro Chaves passou a ocupar as posições nas Comissões Permanentes do CAP. Na Comissão de Acompanhamento do Regulamento de Exploração dos Portos e Regimento Interno do CAP, Alceu Claro Chaves passa a ser membro Relator e na Comissão de Acompanhamento do Zoneamento e do Melhoramento da Infra-Estrutura do Porto, membro. O Sr. Presidente em seguida solicitou do Conselheiro Carlos Roberto Frisoli que se reportasse sobre os estudos que estão sendo feitos para atualização das tarifas portuárias Inicialmente o Conselheiro informou que foram feitas várias simulações e que há uma defasagem tarifária a partir de comparações com IGPM, em 50%, e com o dólar, 80%. Disse que paga-se muito pouco na atracação e que existe a necessidade de uma readequação tarifária de molde a atualizá-la. A idéia é transformar o diferencial a ser aprovado num Fundo como o de Dragagem. Destacou, ainda, a necessidade de prover a APPA com recursos para suas despesas de custeio. Confirmou que o Fundo de Dragagem hoje não cobre mais as despesas com dragagens, batimetria, balizamento etc., da mesma forma que não existe recurso para comprar defensas ou derrubar os armazéns da faixa como foi decidido pelo CAP. Como o último reajuste da tarifa foi em 96, entende que essa readequação precisa ser feita logo, sem penalizar ninguém. Concluiu dizendo que a situação não é boa, mas que a intenção da Comissão não é conceder um aumento linear. Em seguida, o Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães fez um relato da situação econômica

Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

do porto e dos inúmeros aumentos que a APPA tem suportado em termos de energia, combustível, serviços, aumento do dólar etc. O Conselheiro José Silvio Gori destacou a importância de envolver todos os segmentos ligados a atividade marítima, no CAP na discussão. Assuntos Gerais: o Sr. Presidente concitou a todos os Blocos preencherem as vagas existentes em suas representações, bem como a renovação de outros. Em seguida o Sr. Presidente referiu-se ao Programa Anual de Trabalho do GEMPO, aprovado pelo Ministro-Presidente da Câmara de Politicas de Infra-Estrutura em 29 de março. Depois passou a comentar os 13 objetivos a seguir: I. Consolidação do Modelo Institucional criado pela Lei dos Portos; II Adequação do Subsetor Portuário aos Novos Parâmetros Ambientais Vigentes no País; IV- Privatização da Exploração das Instalações Portuárias e da Prestação de Serviços Portuários; V- Reestruturação da Administração Portuária; VI -Fortalecimento do Processo de Negociação Coletiva, Implantação e Manutenção de Sistemas de Negociações Coletivas, bem como Fortalecimento do Sistema de Fiscalização do Trabalho. VII- Promoção aos Trabalhadores e aos Empregadores, dos Conhecimentos Necessários para garantir a Segurança e Saúde dos Trabalhadores, inclusive para a Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais; VIII - Implantação de medidas de Amparo à Mão-de-Obra, em função das repercussões sociais decorrentes do processo de Modernização dos Portos; IX - Simplificação e Informatização dos Procedimentos de Controle das Operações de Comércio Exterior, X - Implementação do Sistema de Prevenção e Repressão a Atos Ilícitos nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis; XI -Harmonização das Atividades dos Agentes de Autoridade nos Portos e Racionalização dos Procedimentos; XII - Redução dos Custos Portuários; XIII - Apoio ao Desenvolvimento de Cruzeiros Marítimos Nacionais e Internacionais para ampliação do Turismo. Em seguida determinou que fosse entregue uma cópia do programa, a cada Conselheiro. Após, o Conselheiro Carlos Roberto Frisoli sugeriu que houvesse fiscalização a fim de cobrar o uso do EPI (Equipamento de Proteção Individual) pelos trabalhadores, extensivo a todos que têm ingresso na faixa portuária. O Conselheiro João Gilberto Cominese Freire referiuse a necessidade da APPA adotar uma política que privilegie a cabotagem que, segundo ele, tem perspectiva de crescer 50 vezes no Brasil. Na sua opinião "precisamos pensar a respeito e de forma agressiva e contribuir para a redução do Custo Portuário e diminuição de caminhões nas rodovias". Ficou estabelecido que a Comissão que estuda a readequação tarifária estudará incentivos à Cabotagem. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos os Conselheiros marcou a próxima Reunião para o dia 23 de maio às 10:00 horas na sala do CAP, tendo eu Ivany Marés da Costa lavrado a presente Ata que segue assinada por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros